

Leitura literária em tempos de crise

Ivete Lara Camargos Walty*

Resumo

Reflexão sobre o exercício da leitura literária na sociedade atual, levando-se em consideração a questão dos gêneros textuais. Para isso, será focado o lugar/lugares do texto dado como literário em sua relação com outros tipos de textos, no contexto do processo de exclusão e resistência político-social.

Palavras-chave: Leitura literária; Lugar social; Gêneros textuais.

Com um grande número de produções culturais que tomam o cotidiano violento por objeto, como o livro **Cidade de Deus**, de Paulo Lins, ou o filme **Amarelo manga**, de Cláudio Assis, a questão da representação volta a ocupar a cena da arte nacional. Nessa frase, além dos termos diretamente ligados à crise social, três palavras inserem-se mais explicitamente em polêmica acadêmica e cultural: representação, arte e nacional. Muitos artigos e ensaios já foram escritos para relativizar tais conceitos. No primeiro caso, de Platão a Deleuze, a tríade modelo, cópia e simulacro evidencia mais que a relatividade dos conceitos, a relatividade do real, que passa a ser visto como um construto de linguagem. Nesse sentido, a arte, vista antes com representação do real ou como representação de segundo grau, muda seu estatuto, emparelhando-se com outras produções culturais que se queriam mais fidedignas e confiáveis. Paradoxalmente, perde *status* justamente porque passa a ser vista como um discurso qualquer e, em um pretense movimento de democratização, é despida das características que marcavam sua singularidade. Paralelamente a isso, discute-se a fragilidade do conceito de nação em virtude da circulação do capital internacional e do conseqüente enfraquecimento das fronteiras geográficas e culturais.

* Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais.

O quadro é muito complexo para ser resumido em um parágrafo, mas seu esboço ilumina a prática da literatura e do aparato teórico que a envolve. A Teoria da Literatura cede espaço aos Estudos Culturais, fazendo mover o pólo acadêmico da França para os Estados Unidos, passando pela Inglaterra. Compagnon (1999), por exemplo, lamenta o fim dos amores literários da era Barthes enquanto reflete sobre os demônios da teoria, as eternas questões: o que é literatura, seus sujeitos e objetos, a questão da *mimesis*, o valor, o lugar da crítica e da história literárias etc. Alguns escritores e críticos sentem-se privilegiados por pertencer à última geração letrada (cf. SANT'ANNA, 2001) e lamentam a falta de conhecimento literário das gerações contemporâneas, seu “iletrismo” ou sua “iliteratura”.

Em outro espaço, as questões de gênero e de etnia, entre outras, substituem os acalorados debates sobre classes sociais. Decreta-se o fim das utopias e das vanguardas. O intelectual reconhece que não é um iluminado e que não pode levantar bandeiras, guiando multidões, ainda que muitos continuem avalizando propostas daqueles que não têm voz.

O cânone ocidental é desafiado por alguns e ratificado por outros. Continuem os congressos e as edições comemorativas de poetas e seus centenários. Por outro lado, publicações dos excluídos passam a ser estudadas ao lado de obras consagradas, instaurando a polêmica sobre o valor como elemento cultural.

Nesse cenário, situa-se o professor de língua e literatura, que não sabe bem o que ensinar e como ensinar. Os espaços se deslocam e os tempos de misturam. O fio de Ariadne já não é suficiente para sair do labirinto, ou, mais do que isso, já não se sabe se é preciso sair do labirinto ou vivenciá-lo, como se propõe em uma outra alegoria, a da dança dos gêranos.¹ Como no caso do fio de Ariadne, a metáfora de Heráclito sobre o rio em cujas águas não entramos duas vezes não dá conta de outros rumos das águas, seja na mistura dos lençóis freáticos, seja na rizomatização das rias. Além disso, há que se lidar com a poluição e seu potencial de impureza.

¹ “Rapazes e moças alternados e com as mãos dadas em fila simulam o percurso do labirinto através de uma dança típica. Há um guia em cada uma das pontas da fila, o que significa que eles podem correr em qualquer um dos sentidos. Diante de uma encruzilhada, o grupo pode percorrer simultaneamente as duas alternativas, cada guia puxando o grupo para cada uma delas. Caso uma das alternativas não tenha saída, o guia que se defronta com essa alternativa dá um grito e é logo compreendido por seus companheiros: a fila passa a ser dirigida então pelo outro guia até a próxima encruzilhada.(...) A idéia de optar simultaneamente por todas as alternativas marca a diferença da dança dos gêranos em relação ao fio de Ariadne. A beleza e a astúcia da estrutura do labirinto estão na multiplicação das possibilidades e na vivência dos tempos e espaços simultâneos” (MACHADO, 1997, p. 151).

A palavra é sintomática, pois volta a Barthes (1980) e seu sentido positivo do ato de contaminar, mantendo, paradoxalmente, a negatividade da ameaça à saúde e à sobrevivência da população humana.

Talvez valha a pena determo-nos nessa ambigüidade: as águas estão contaminadas, as diásporas desordenam ordens estabelecidas, as populações excluídas exibem-se exibindo o avesso do sistema que as exclui, os gêneros textuais lidam com a hibridização na busca de se manterem vivos.

É tempo de crise de paradigmas e valores. As reações são ora de nostalgia, ora de revolta ou de perplexidade. Talvez a última atitude seja a menos negativa, já que da perplexidade nasce a pergunta e a busca de respostas. A essa altura, a relação da Teoria da Literatura com os Estudos Culturais já não se delinea, necessariamente, como ameaça de um sobre outro campo. Antes um acolhe a contribuição do outro, evidenciando a força da interdisciplinaridade. Nesse sentido, a Teoria da Literatura alarga-se em uma teoria da leitura, tomando como objeto também outros produtos culturais. Enquanto isso, os Estudos Culturais analisam seus objetos com ferramentas das teorias textuais. A esse respeito, vale lembrar Régine Robin quando, discutindo a interdiscursividade, afirma:

Nos nossos dias, a fragmentação do objeto literário é de tal ordem que a sua setorização pulverizou todos os etnocentrismos da legitimidade. Já não há uma literatura, quer pertencente ao círculo alargado quer ao círculo restrito; há agora objetos particulares que têm cada um a sua forma de se inscrever no literário, de produzir o literário ou de pensar o literário. (ROBIN, 1995, p. 63)

Mesmo que se possa relativizar afirmação tão peremptória, baseada numa crença bastante democrática do exercício cultural, há que se reconhecer com a autora que a prática interdiscursiva parece ser um modo de conhecimento adequado à sociedade atual.

Se a cultura é um hipertexto em que cada texto é um nó que pode conter redes inteiras (cf. LÉVY, 1993), não há como se manter a ancoragem das identidades textuais e das certezas gramaticais.

Buscando caminhos para se situar no cipoal em que se encontra, o professor reconhece a diferenciação das práticas discursivas e das abordagens que a leitura pode fazer dos textos e aprende que deve deixar um espaço para a leitura literária, marcada pelo lúdico, atravessada pelo desejo, fonte de prazer e fruição. Mas, mais do que isso, mesmo sabendo da relatividade dos conceitos e das classificações, busca operadores de leitura que lhe permitam explorar a textualidade, observando as relações entre enunciado e enunciação, suportes e gêneros, figurações do autor e do leitor. Ciente da importância dos conhecimentos prévios e demais condições de recepção na produção de sentido, vasculha o texto, detectando estratégias textuais, configuradoras de vozes e valores.

É o momento, pois, de uma intensificação do diálogo entre lingüistas e teóricos da literatura, com o objetivo de se ampliar o campo de leitura. Se o texto é nossa matéria comum, não há porque manter o fosso entre as abordagens feitas. Tal postura não significaria ignorar tensões e contradições, e sim encará-las como pontos de inquietação e produtividade.

Nesse sentido, a Teoria da Literatura, em diálogo com os Estudos Culturais, pode fazer algumas perguntas à Lingüística.

O debate sobre as diferenças lingüísticas em sua relação político-social antecedeu aquele sobre a questão do cânone e a necessidade de incorporação do diferente, do excluído.

A literatura seria, por excelência, o campo da pluralidade lingüística, do dialogismo, no acolhimento do diferente, como bem mostra Bakhtin (1981, 1993). A crítica sempre aceitou a presença da oralidade, do discurso popular, no texto dado como canônico, mas o que está em pauta hoje é o sujeito da enunciação. Narrativas testemunhais de presos, moradores de ruas e outros representantes das chamadas minorias impõem-se à sociedade e, paradoxalmente, incrementam o mercado de livros.

Como os pobres e suas casas no meio da rua incomodam a cidade, que se quer em ordem; quando quer assumir seu discurso, o excluído ameaça o sistema literário, “polui” a tradição, rompe a aparente linearidade do rio, evidenciando faces que se preferiam escondidas.

Paralelamente a isso, a narrativa urbana atual procura dar conta dessa fragmentação, apossando-se desse tipo de discurso. Mas, diferentemente, da literatura realista do século XIX, que se queria fiel aos fatos, criando um efeito de real (BARTHES, 1988), ela se confessa impotente e exhibe seu caráter de escrita. Luiz Ruffato, por exemplo, em **eles eram muitos cavalos** (2002), incorpora a linguagem do outro na construção do gênero romance. O livro incorpora diferentes gêneros textuais: o calendário e o santo do dia, o recado da secretária eletrônica e o horóscopo, o discurso do pastor evangélico no meio da multidão, a lista de livros da biblioteca doméstica, a ocorrência policial, o relato jornalístico, a carta ou o texto de um diploma. Trata-se de uma mistura de gêneros na criação de um outro gênero, nomeado como romance. Consideremos com Bhatia (2001), que

os gêneros se definem essencialmente em termos do uso da linguagem em contextos comunicativos convencionados, que dá origem a conjuntos específicos de propósitos comunicativos para grupos sociais e disciplinares especializados, que, por sua vez, estabelecem formas estruturais relativamente estáveis e, até certo ponto, impõem restrições quanto ao emprego de recursos léxico-gramaticais. (p. 103)

Se as diversas teorias de estudo do gênero realçam o aspecto de convenção que os caracteriza, vale interrogar se o texto literário poderia ser visto como um

gênero discursivo, marcado por um propósito comunicativo especial. Assim, equiparado a outros discursos, é visto como um domínio discursivo que entra em funcionamento por meio de determinadas práticas sociais. Não perde, pois, suas singularidades e, por sua vez, esse domínio discursivo, além de se subdividir em muitos gêneros, vale-se de uma grande variedade discursiva na construção de seus textos.

A pergunta seria: Até que ponto a literatura, ao utilizar gêneros discursivos diversos, instaura uma transgressão e até que ponto essa transgressão se circunscreve a um outro domínio discursivo, com convenções próprias e outras relações de poder, circunscrevendo também a recepção? Se assim for, como formar o leitor para a recepção desse gênero?

Ao discutir tais relações de poder que, de resto, atravessam todos os discursos, Bhatia, referindo-se a Fairclough, interroga-se sobre uma possível democratização das práticas discursivas, contrapondo-a à elaboração de leis em inglês que mantêm a “integridade dos gêneros legislativos”.

Diz Bathia (2001):

Boa parte dos discursos acadêmicos ainda não consegue reconhecer as fontes de variedades, especialmente aquelas da marginalidade e da exclusão, dando a impressão de que não há, ou não deveria haver, qualquer variação no modo como os gêneros são construídos, interpretados e usados. (p. 113)

Nesse sentido, outras questões podem ser levantadas:

A demanda pela democratização dos gêneros, que, no caso da literatura levaria à abertura do cânone, correria o risco de repetir a proposta de não se ensinar a modalidade padrão da língua, atitude vista por alguns como impositiva?

Deixar de ensinar a modalidade padrão da língua ou a leitura do texto dado como literário, canonizado, seria mesmo uma forma de democratizar o ensino, e, mais do que isso, as relações sociais? E o valor da arte nas relações de mercado? E os discursos políticos talhados na língua padrão seriam lidos só pelos pares de quem escreve?

A democratização não seria, então, a dos atos de produção e recepção? Não seria necessário estarmos abertos a todo tipo de produção cultural, percebendo-a como linguagem que se dá a ler? Ouvir o outro, mas deixá-lo também ouvir vozes diferenciadas do sistema de que faz parte?

A violência que se expande na sociedade atual não seria ela mesma uma forma de linguagem a se dar a ler, decorrente, pelo menos em parte, da ausência do acatamento da pluralidade de vozes sociais?

A cidade pós-moderna exhibe a diversidade social, étnica, política, evidenciando que as classes subalternas não mais “reconhecem seu lugar”, lugar este que lhe fora conferido pelo planejamento da cidade moderna, em sua organização excludente e esterilizadora.

Diz Viviane Forrester (1997), ao discorrer sobre essa sociedade que não é mais a do emprego:

E como são cada vez menos vistos, como alguns os querem ainda mais apagados, riscados, escamoteados dessa sociedade, eles são chamados de excluídos. Mas, ao contrário, eles estão lá, apertados, encarcerados, incluídos até a medula! Eles são absorvidos, devorados, relegados para sempre, deportados, repudiados, banidos, submissos e decaídos, mas tão incômodos: uns chatos! Jamais completamente, não, jamais suficientemente expulsos! Incluídos, demasiado incluídos, e em descrédito. (p. 15)

Na verdade, eles não são “menos vistos”, estão antes nas cidades, deixando-se ver nas ruas e nas praças. Mas ser visto não é suficiente. Como bem mostra Eugène Enriquez (1974) ouvir é muito mais difícil do que ver, pois ao olhar corresponderia a unidade, à voz a marca da divisão. Diz o autor:

Pode-se igualmente compreender melhor a importância de ter sua própria voz, sua própria palavra (não ficar sem voz), porque falar é constituir os outros no seu próprio discurso, fazê-los existir como se deseja, e não escutar a voz dos outros naquilo que ela remete à divisão, ao espedaçamento, à nossa constituição pelos outros. (p. 58)

A fragmentação dos gêneros, sua mistura e hibridização, não poderiam ser vistas como uma alegoria, no sentido benjaminiano, a exhibir o movimento social excludente? Como as casas de rua feitas das sobras de construções regulares, os textos feitos de cacos de discursos, em um movimento de bricolagem, não revelariam uma engenharia social e política e sua engrenagem?

Engenheiros que somos, treinados para construir discursos, podemos assumir também o lugar do *bricoleur*, ou, pelo menos, aprender com ele a considerar os restos, as sobras, percebendo-as e identificando seu papel nos discursos que lemos e/ou escrevemos? Não há uma engenharia sustentando os barracos nos morros? Ela não é fruto de leituras diferentes das por nós preconizadas? Estaria a engenharia do texto literário mais próxima da bricolagem? Por isso mesmo, seria esse tipo de texto um espaço de interseção, a ampliar o domínio da recepção, de modo a superar fossos sociais?

A mobilidade discursiva não substitui a mobilidade social, mas a indicia, registrando pontos fixos e reificados; é nesses nós que podemos atuar, textual e socialmente, buscando parceiros de escrita e de leitura.

Uma categoria que parece produtiva para lidar com nós, textuais e sociais, é a da enunciação, já que daria conta da cadeia de sujeitos e suas vozes. Assim, a interseção entre lingüistas e teóricos da literatura poderia ser útil na formação de outras interseções.

Abstract

A reflection on the practice of literary reading in today's society, taking into consideration the question of textual genres. For this purpose, the emphasis will be on the place/places of the text given as literary in its relation with other types of texts, in the context of the process of exclusion and socio-political resistance.

Key words: Literary reading; Social place; Textual genres.

Referências

- BAKHTIN, Mikhail. **Marxismo e filosofia da linguagem**. Trad. Michel Lahud e Yara F. Vieira. São Paulo: Hucitec, 1981.
- BAKHTIN, Mikhail. **Questões de literatura e de estética: a teoria do romance**. Trad. Aurora F. Bernadini *et al.* São Paulo: Unesp, 1993.
- BATHIA, Vijav K. Análise de gêneros hoje. In: **Revista de Letras**, n. 23, v. 1/2, p. 102-115, jan./dez. 2001.
- BARTHES, Roland. **Aula**. Trad. Leyla Perrone-Moisés. São Paulo: Cultrix, 1980.
- BARTHES, Roland. **O rumor da língua**. Trad. Mário Laranjeira. São Paulo: Brasiliense, 1988.
- BENJAMIN, Walter. **Origem do drama barroco alemão**. Trad. Sérgio Paulo Rouanet. São Paulo: Brasiliense, 1984.
- COMPAGNON, Antoine. **O demônio da teoria: literatura e senso comum**. Trad. Cleonice Mourão e Consuelo Santiago. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 1999.
- ENRIQUEZ, Eugène. Imaginário social, recalçamento e repressão nas organizações. **Tempo brasileiro: A história e os discursos**, Rio de Janeiro, n. 36-37, p. 53-94, jan./jun. 1974.
- FORRESTER, Viviane. **O horror econômico**. Trad. Álvaro Lorencini. São Paulo: Editora da Unesp, 1997.
- FOUCAULT, Michel. **A ordem do discurso**. Trad. Laura Fraga de Almeida Sampaio. São Paulo: Loyola, 1996.
- LÉVY, Pierre. **As tecnologias da inteligência**. Trad. Carlos Irineu da Costa. Rio de Janeiro: Editora 34, 1993.
- MACHADO, Arlindo. Hipermídia: o labirinto como metáfora. In: DOMINGUES, Diana (Org.). **A arte no século XXI: a humanização das tecnologias**. São Paulo: Editora da Unesp, 1997. p. 144-154.
- RUFFATO, Luiz. **eles eram muitos cavalos**. São Paulo: Boitempo, 2001.
- ROBIN, Régine. Extensão e incerteza da noção de literatura. In: ANGENOT, Mark *et al.* (Orgs.). **Teoria literária: problemas e perspectivas**. Trad. Ana Luísa Faria e Miguel Serras Pereira. Lisboa: Dom Quixote, 1995. p. 59-65.
- SANT'ANNA, Affonso R. Última geração letrada. **Estado de Minas**, Belo Horizonte, p. 10, 4 de fev. 2001.